

SESSÕES DO PLENÁRIO

69ª Sessão Ordinária da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, 11 de agosto de 2008.

PRESIDENTE: DEP. MARCELO NILO
1º SECRETÁRIO: DEP. JOÃO CARLOS BACELAR “AD HOC”
2º SECRETÁRIO: DEP. SANDRO RÉGIS “AD HOC”

À hora regimental verificou-se na lista de presença o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Fulco Caldas, Adolfo Menezes, Álvaro Gomes, Ângelo Coronel, Arthur Oliveira Maia, Bira Corôa, Capitão Tadeu, Carlos Ubaldino, Clóvis Ferraz, Eliedson Ferreira, Elmar Nascimento, Emério Resedá, Euclides Fernandes, Gaban, Gildásio Penedo Filho, Heraldo Rocha, Ivo de Assis, J.Carlos, Javier Alfaya, João Carlos Bacelar, Joélcio Martins, Júnior Magalhães, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luiz Argôlo, Marcelo Nilo, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Misael Neto, Nelson Leal, Neusa Cadore, Paulo Azi, Paulo Câmera, Roberto Muniz, Rogério Andrade, Sandro Régis, Sérgio Passos, Virgínia Hagge e Yulo Oiticica (39).

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Convido o 1º Secretário, deputado João Carlos Bacelar, para fazer a leitura do expediente.

O Sr. João Carlos Bacelar faz a leitura do expediente.

OFÍCIOS

Do Dep. Luiz Argôlo, comunicando sua ausência nas sessões dos dias 05 e 18/06 e 01/07/2008, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.

Do Dep. Nelson Leal, comunicando sua ausência nas sessões dos dias 02,05,09,11 e 16/06 e 01/07/2008, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.

Do Dep. Luiz de Deus, comunicando sua ausência nas sessões dos dias 04,05,09,16,17 e 18/06 e 01/07/2008, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pequeno Expediente.

Com a palavra o deputado Gildásio Penedo Filho, pelo tempo de cinco minutos.

O Sr. GILDÁSIO PENEDO FILHO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, imprensa presente, a Assembléia, hoje, volta a funcionar, mais uma vez, com a ausência plena dos deputados da Bancada do governo. Um verdadeiro marasmo se abate, neste momento, sobre essa Bancada do governo, e esta Casa teve que abrir os trabalhos com a boa vontade da Bancada de Oposição, que, com exceção do seu presidente, deputado Marcelo Nilo, tem dois membros na Mesa. Esse é o retrato do governo Jaques Wagner, cuja letargia e omissão acabam contagiando a Bancada dele na Casa.

Quero aproveitar a oportunidade, Sr. Presidente, deputado Marcelo Nilo, para dizer que estamos apresentando um requerimento, assinado por mim, em nome da Bancada da Oposição, e pelo deputado Elmar Nascimento – irei procurar ainda hoje os deputado Roberto Muniz e o Líder do governo, deputado Waldenor -, propondo a dispensa das formalidades regimentais para que votemos o Plano de Cargos e Salários dos servidores e serventuários do Judiciário baiano.

Há um compromisso do governo Jaques Wagner com a categoria, que encerrou uma greve, no início do recesso legislativo, diante do compromisso dos deputados de votar esse plano importante. Até o momento, entretanto, a Bancada governista nem sequer deu um depoimento nesse sentido, e estamos cobrando uma posição oficial dela, até porque, se não for assim, a Bancada de Oposição e, tenho certeza, o deputado Elmar Nascimento, liderando o Bloco PR/PRTB, e o deputado Roberto Muniz iremos trancar a pauta para que não se vote nenhum projeto antes do projeto do Plano de Cargos e Salários dos servidores e serventuários do Judiciário do Estado da Bahia.

Há um compromisso do governo, desta Casa, a Bancada de Oposição está aqui cercando fileiras no intuito de pressionar o governo a acordar e cumprir o acordo assumido há cerca de 30 dias, pois não é possível que haja novamente a possibilidade de uma nova greve do Poder Judiciário, comprometendo os serviços jurisdicionais e prejudicando a população baiana. Portanto, a Bancada de Oposição espera o acolhimento dessa proposta por outros Líderes partidários, razão por que irei procurar o deputado Roberto Muniz e o Líder do Governo para que se cumpra o acordo com os servidores e serventuários do Poder Judiciário. Salvo por atitudes diferenciadas, a Bancada de Oposição obstruirá os trabalhos e não permitirá que nada seja votado antes do que foi acordado em relação a esse plano importante.

Quero ainda aproveitar a oportunidade para manifestar, nobre Presidente, em nome da Bancada de Oposição, a minha indignação com o governo Jaques Wagner. A nossa Bancada tem tido uma atitude das mais responsáveis neste Poder Legislativo. Em momento nenhum temos faltado o compromisso com a Bahia, com a verdade e, principalmente, com a serenidade em nossas atitudes, nesta Casa. Estamos onde o povo baiano nos pôs e representamos, hoje, uma fatia importante do Estado, que pôs, principalmente, o Democratas, prin-

principalmente, no campo da linha oposicionista. E a nossa postura tem sido assim: correta, séria. E não nos tem faltado também o senso crítico e o de vigilância e fiscalização, que, sem sombra de dúvida, talvez seja a grande força do Poder Legislativo baiano neste momento.

O sentimento que, hoje, povoa a consciência e os corações do povo baiano é o de indignação em relação ao aumento da criminalidade em nosso Estado. No momento em que a grande maioria da população soteropolitana vive enclausurada, enjaulada, sem poder sair às ruas, não tem sentido algum o governo contratar o serviço de blindagem de um veículo no valor de R\$ 44 mil.

Na semana passada, fizemos um questionamento, para saber qual utilização seria dada a isso. E recebemos como resposta, recentemente, uma palavra forte do governador Jaques Wagner, que, mostrando a sua total falta de coerência e, principalmente, de senso crítico, disse ao jornal *A Tarde* que se tratava de uma imbecilidade da Bancada da Oposição.

Não queremos e não devemos baixar o nível de nosso trabalho, deputado João Carlos Bacelar, deputado Clóvis Ferraz, mas se for o posicionamento do governador Jaques Wagner destratar a Bancada da Oposição, devido à linha crítica que temos, não nos intimidaremos. Se acha que com essa fala vai intimidar a Bancada da Oposição, não tenha dúvida, governador, que continuaremos em nosso campo, atuando com isenção e democraticamente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado, por favor.

O Sr. GILDÁSIO PENEDO FILHO:- Concluindo, Sr. Presidente.

Recebemos também um manifesto, do qual darei conhecimento daqui a pouco, encaminhado pelo governador Paulo Souto, presidente dos Democratas, que distribuirei para os membros da Bancada da Oposição,...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, por favor!

O Sr. GILDÁSIO PENEDO FILHO:- (...) solidarizando-se com a nossa postura e contra essa crítica extremamente deselegante, equivocada e que não condiz com o trato que a Bancada da Oposição merece.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Eu gostaria de que desligassem o ponto.

V.Ex^a passa dos limites, deputado, pelo amor de Deus. Não é possível um negócio desse! Pedimos 6, 7 vezes... Tenho-lhe apreço e respeito, mas V.Ex^a é o único deputado que ultrapassa o limite do horário. Por favor, ajude a Presidência. V.Ex^a é um deputado que respeita as regras, eu lhe faço esse apelo.

Muito obrigado, deputado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Sandro Régis, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, amigos nas Galerias Paulo Jackson, amigos telespectadores da *TV Assembléia*, ontem, domingo, dia 10 de agosto, o jornal *A Tarde*, além de trazer a notícia da liderança do deputado ACM Neto, segundo as pesquisas, para as eleições municipais de Salvador, publicou também um editorial muito importante, com o título: **Ganhos e perdas**.

(Lê) *“Um crescimento de 4,6%, como o alcançado pela indústria baiana no primeiro semestre em relação ao do ano anterior, historicamente costuma estar acima do aceitável. Mas o número não passa de sofrível na situação presente, em que a média nacional foi de 6,4%...”*

O que o editorial quis dizer, Sr. Presidente? Que nos 4 anos do governo Paulo Souto nós crescemos, em média, duas vezes mais que a média nacional, deputado Clóvis Ferraz, e agora, mais uma vez, a Bahia fica aquém do crescimento nacional.

A revista *Metrópole*, em sua última edição, traz uma entrevista do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, do partido do nobre presidente, deputado Marcelo Nilo. O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso foi bem claro ao dizer que, quando era presidente, a sua vontade era levar a Ford para São Paulo, que a pressão do Sul para que isso acontecesse era muito grande, mas que a luta do então senador Antonio Carlos Magalhães, do então senador Paulo Souto e do ex-governador César Borges mudou sua vontade e o convenceu a trazer a Ford para a Bahia. *A Tarde* é muito feliz neste editorial.

(Lê) *“A parceria do governo baiano com a Ford, relação em que as duas partes só tiveram a ganhar, naturalizou nova presença industrial na Bahia, o começo de uma tradição industrial. O que teria faltado para a Toyota juntar-se à Ford, que aqui alcança alto desempenho, em vez de ir para o interior paulista, longe do ABC? A pergunta carece de resposta, pois os termos da negociação são desconhecidos, até para se compreender por que a desigualdade está em ascensão, e perdeu-se grande oportunidade de consolidar o pólo automotivo.*

Em relação a São Paulo, seria natural que a Bahia oferecesse mais, talvez o compromisso de assegurar em tempo a superação do iminente colapso da infra-estrutura, principalmente a portuária, fator que também teria motivado a General Motors a descartar a Bahia. Vale lembrar que para trazer a Ford construiu-se um terminal portuário.”

Deputado Gildásio Penedo, se a amizade do governador Jaques Wagner com o presidente da República é tão forte, por que ele não teve a capacidade de convencer Lula a trazer a Ford para a Bahia, deputado Paulo Azi? A Bahia quer saber a resposta; ou faltou empenho do governador Jaques Wagner na luta com São Paulo, ou sua amizade com Lula não é tão intensa. Com relação a Ford, Fernando Henrique era do PSDB, Antônio Carlos Magalhães, Paulo Souto e César Borges eram do PFL, e conseguimos convencer o presidente a trazer a Ford para a Bahia; já o governador Jaques Wagner, Gildásio Penedo, que se diz ín-

timo de Lula, do Planalto da Alvorada, não usou ou não teve vontade ou prestígio para convencer o presidente Lula a trazer a Toyota para a Bahia.

Concluindo o meu discurso, Sr. Presidente, na verdade não existe o programa Acelera Bahia e sim “Enrola Bahia”.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o nobre deputado Gaban.

O Sr. GABAN:- Sr. Presidente, Srs. Deputados e Deputadas, nesse final de semana fomos surpreendidos com a tentativa de assassinato de uma pessoa no município de Luís Eduardo Magalhães. Aparentemente seria mais um assassinato dentre os inúmeros que, infelizmente, estamos acompanhando.

O mais grave é que essa pessoa que levou um tiro na boca, outro no pescoço e outro no abdome foi transferida para o município de Barreiras e, na presença de 5 médicos, disse que sabia que iria morrer mas que diria o nome do mandante e a causa, que seria queima de arquivo, já que ele teria sido contratado para matar o candidato a prefeito do DEM no município Luís Eduardo, Dr. Luciano.

Felizmente essa pessoa não faleceu. Tive o cuidado de ligar hoje para Dr. Joselito, delegado chefe e, perguntando-lhe se estava acompanhando de perto este caso, disse-me ele que desentubaram a vítima e esta confirmou o nome do mandante e os motivos pelos quais o contrataram por 20 mil reais para matar, repito, Dr. Luciano, candidato do DEM, que está subindo a cada pesquisa no município de Luís Eduardo.

Quero tornar público porque já falei com Dr. Joselito, e ele disse que não a área dele. Mas estou encaminhando uma solicitação ao secretário da Segurança Pública do Estado da Bahia para que providencie a partir deste momento, já que há depoimento da pessoa que o tentou assassinar, dizendo que seria uma queima de arquivo, isto é, o Estado dê total segurança não só ao Dr. Luciano como também aos seus familiares.

A população de Luís Eduardo está apavorada, constrangida! Já sei o nome, a polícia também já sabe, assim como todo o município de Luís Eduardo já sabe quem mandou matar esse rapaz. Não quero citar o nome aqui porque se trata de uma autoridade. Espero que a polícia investigue, vá fundo nesse assunto, pois já pegou a confirmação, e puna os responsáveis.

Na realidade, contrataram esse elemento, pagaram a ele 20 mil reais para que assassinasse o Dr. Luciano por motivos que não tenho os detalhes, mas renunciou a essa... – não sei nem como podemos chamar – empreitada, vamos chamar assim. Devolveu o dinheiro a quem o contratou que ficou com medo de ele vir a denunciá-lo no futuro de que teria sido o mandante, e assim mandou matá-lo. Essa afirmação partiu do próprio meliante, dizendo que essa autoridade mandou matá-lo.

Então, faço hoje esta denúncia aqui. Toda a região de Barreiras e de Luís Eduardo já sabe disso. Ficarei atento ao posicionamento da Secretaria da Segurança Pública, ficarei atento às providências que o Dr. César Nunes deverá tomar para garantir a vida do Dr. Luciano bem como a dos seus familiares. Porque não podemos admitir que depois que a pessoa que foi contratada conseguiu falar, Deus ajudou que ainda sobreviveu, mas ninguém até o momento foi preso ou indiciado. Já corre na região que essa pessoa está tomando todas as providências para que nenhuma punição venha a recair sobre ele. Mas não vamos admitir.

Estou alertando aqui as autoridades de seguranças do Estado: se qualquer fato, qualquer crime acontecer contra a vida do Dr. Luciano, serei implacável nesta Casa até o final do meu mandato. Não se pode admitir que uma pessoa confesse que recebeu 20 mil reais para matar um determinado indivíduo, desiste, e aquele que mandou contratá-lo agora manda matá-lo, repito, com três tiros: um na boca, um na garganta e outro no abdômen. Mas Deus quis que ele sobrevivesse. Agora espero que os homens da Segurança Pública do nosso Estado tomem as providências pertinentes.

O delegado-chefe me deu a tranqüilidade de que já pegaram o depoimento dele e ele confirmou o que estou relatando aqui. Agora, espero que da mesma forma que irei usar a tribuna hoje para falar da ação do Ministério Público e do COE, que prendeu alguns advogados, para que também não fique lá embaixo, a Casa toda sabia e sabe que a Polícia Federal estava para deflagrar uma operação no Estado da Bahia que prenderia juízes e desembargadores por venda de sentença. E eu já havia alertado no início da semana passada do perigo de dar amplos poderes, como tinham no passado, apenas a uma câmara especializada.

O COE e o Ministério Público tomaram providências, mas que não parem por aí, peguem advogados que se venderam, alguém recebeu, e esses nomes de juízes e desembargadores se existem terão que aparecer. Estaremos vigilantes e voltaremos a este tema em outro horário.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Com a palavra o deputado Heraldo Rocha. V. Ex^a tem direito a usar a tribuna até 5 minutos.

O Sr. HERALDO ROCHA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, teleouvintes da *TV Assembléia*, radiouvintes da *Rádio Oposição*, Sr. Presidente, a posição tomada pela Bancada da Oposição ao governo é clara e cristalina, não votaremos nenhum projeto nesta Casa antes que se vote o Plano de Cargos e Salários do Judiciário. Palavra empenhada, deputado Elmar Nascimento, é palavra que tem que ser cumprida! O Líder do governo, desta Bancada ausente, omissa, que não debate os graves problemas do nosso Estado, afirmou aqui nesta Casa que o primeiro projeto que se votaria após o recesso seria o Plano de Cargos e Salários do Judiciário.

Clamo o testemunho dos teleouvintes da *TV Assembléia*, dos radiouvintes da *Rádio Oposição*, o Sr. Líder do governo afirmou que votaria o primeiro projeto, após o recesso, esse projeto do Judiciário. Então, não vamos votar nenhum projeto, tanto aqui no Plenário quanto nas comissões. Vamos obstruir qualquer projeto deste governo incompetente.

O Sr. Governador, o Exmº Sr. Jaques Wagner, chama a Oposição de imbecil. Sr. Governador, imbecis são seus secretários, incompetentes, não sabem administrar o Estado, não sabem operar! Veja como está a saúde do nosso Estado! Há pouco, estava em casa quando recebi um telefonema de uma família de Morro do Chapéu, deputado João Bacelar, uma senhora de 80 anos está na emergência do Hospital Roberto Santos necessitando de uma UTI, há três dias padece naquelas macas da emergência daquele hospital, deputado Aderbal!

E na área da segurança a Polícia Federal assumiu a Secretaria da Segurança, com alto salário, estratosférico, e o pobre do policial baiano, ganhando uma miséria de um salário! Mas vá ver quanto ganha o diretor-geral da Secretaria da Segurança! Sabe quanto recebem os policiais federais que estão lá servindo na Secretaria da Segurança! Quem paga esses salários é o Estado, quem está pagando o salário da cúpula é o Estado!

Quero, em meu nome e em nome da minha Bancada, deputado Roberto Muniz, futuro prefeito, competente prefeito de Lauro de Freitas, agradecer ao ex-governador Paulo Souto, que dirigiu, deputado Paulo Azi, uma carta ao Líder Gildásio Penedo, em que ele a encerra dizendo: “Peço a Vossa Excelência que transmita a todos os seus pares a minha renovada confiança de que continuem a exercer, como têm feito até aqui, com sensatez e equilíbrio, o papel que lhes foi destinado por parte muito expressiva dos baianos.”

Governador, imbecil sabe quem é? É quem acompanha o senhor! O senhor demite o secretário porque não fez nada! Agora, já é o segundo do seu governo.

Peço, inclusive, deputado João Carlos Bacelar, V.Exª, que sempre disse desta tribuna que o secretário Luiz Alberto não estava fazendo nada, saiu como entrou, sem fazer nada, peço a V.Exª que sempre aqui desta tribuna afirmou que o Movimento Negro Unificado não era atendido pelo secretário, e isso fez com que o governador, simplesmente, fosse obrigado pelo Movimento Negro a demitir o secretário. Assim ele fez na Secretaria de Segurança.

Sr. Presidente, para concluir, quero, deputado Paulo Azi, hipotecar solidariedade a V.Exª, que fez um requerimento ao governador para que ele explicasse se era ele que ia entrar no carro blindado ou o comandante da Polícia Militar. Nós vamos perguntar a ele amanhã quem é que vai ocupar o carro que o governador mandou blindar: S.Exª, o comandante ou o delegado-chefe?

Imbecil é quem afirmou que a Oposição desta Casa é imbecil! E quem afirmou foi o governador.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o nobre deputado João Carlos Bacelar.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, mais um final de semana, e o Sr. Governador tem mostrado a sua falta de aptidão para administrar e o desinteresse pelas coisas importantes da Bahia.

O Sr. Governador não foi nem mandou representante - nem mandou representante! - para a abertura da Feira Nacional do Agronegócio, a Fenagro, simplesmente a maior e mais importante feira agropecuária do Norte e Nordeste. Essa feira se realiza na Bahia, em Salvador, mais precisamente no Parque de Exposições.

A Fenagro é a principal vitrine da agropecuária baiana, uma das mais importantes do País. Corresponde a 1/3 da economia do Estado e emprega 1 milhão e 300 mil pessoas. Para se ter noção da importância da Fenagro, no ano passado foram registrados quase 100 milhões de reais em negócios. E o que faz o governador Jaques Wagner?! Simplesmente ignora uma feira como essa.

Deputados Gildásio Penedo Filho e Paulo Azi, o que fazia o Sr. Governador no domingo à tarde que não pôde ir para a abertura da mais importante feira agropecuária do Norte e Nordeste? Sabemos que o governador é pai, deve ter comemorado o Dia dos Pais com sua família. Mas nada impedia que ele se dirigisse ao Parque de Exposições, inclusive porque o Sr. Governador, diferentemente dos deputados, não passa em *blitz* da SET. Então um governador que não se submete a *blitze* da SET poderia muito bem ter se dirigido ao Parque de Exposições depois das comemorações no seio da sua família.

O governador sequer mandou um representante, nem mesmo o secretário da Agricultura, que deve estar mais preocupado com a eleição em Itabuna. É um absurdo! É por isso que as pesquisas apontam a baixa avaliação do governo do Estado. O governador não consegue reconhecer as coisas que são importantes para a Bahia. Ele não tem, talvez até em função disso, deputado Heraldo Rocha, nenhuma influência na eleição de Salvador nem dos outros municípios baianos, segundo pesquisa realizada pelo *Instituto Vox Populi*. E isso é pela total falta de credibilidade do governador se refletindo na sua pouca influência sobre os resultados da sucessão nas diversas cidades baianas.

Estamos vendo a pouca importância que o governo Jaques Wagner dá às coisas da Bahia, sobretudo ao setor agropecuário, como agora dá o aval do Estado ao PAC do Cacau, que é outro grande engodo. Os produtores do cacau reconheceram que caíram num verdadeiro conto do vigário do governo federal, pois o tal PAC do Cacau é destinado à agricultura familiar, e não aos graves problemas dos produtores daquela região.

Fica aqui, Sr. Presidente, o nosso protesto pelo pouco caso que o governador da Bahia faz do setor agropecuário, negando-se a ir à abertura de uma feira, negando-se a prestigiar um dos setores mais importantes da economia baiana.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Elmar Nascimento por 5 minutos.

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. da Imprensa, um tema que tem mais chamado a atenção da sociedade baiana é a segurança pública de nosso Estado.

Hoje são conhecidos e são parentes nossos que sofrem algum tipo de violência por falta de uma política de segurança pública do Estado. E eu decidi que , a partir do segundo semestre darei uma atenção a esse tema. E pedi a alguns amigos da Polícia Militar, alguns delegados e a alguns colegas de profissão, advogados, especialistas em segurança pública que me ajudassem a entender melhor o funcionamento da segurança pública, de sorte que possamos da tribuna, das comissões dar a nossa contribuição.

E pasmem os senhores, pois, a partir dessas conversas, hoje me chegou uma denúncia grave que vai ser formalizada em documento que vou trazer. A cúpula da Secretaria da Segurança, deputado Roberto Muniz, os delegados federais, quase todos os que servem à Segurança, nomeados, desde a Diretoria-Geral, a Corregedoria, até a Superintendência, todos eles estão com as cessões feitas pela União vencidas, não foram renovadas.

A Oposição tem vindo aqui à tribuna pedir a Força Nacional de Segurança, mas eu não concordo com isso. Acredito que o governador poderia utilizar da amizade com o presidente para conseguir que fossem cedidos esses delegados federais com ônus para o cedente e, assim, o Estado não gastaria mensalmente uma fortuna com a remuneração desse pessoal. Mas o pior, deputado Gaban, deputado Roberto Muniz e deputado João Carlos Bacelar, é que no termo de cessão desses delegados federais, cujo ônus ficou para o Estado, há seis meses que o Estado não repassa o salário desses profissionais para a União. E , por conta disso, não foi renovada a portaria que cede esses profissionais.

Essa é uma denúncia grave . Todos os atos assinados por esses delegados federais, à exceção do delegado César Nunes, cuja nomeação foi recente, são nulos de pleno direito, porque não há regularidade na nomeação. E os delegados sabem disso e estão cometendo, deputado João Carlos Bacelar, usurpação de função pública, já que a situação deles é irregular nos principais cargos da Secretaria da Segurança.

Isso é um absurdo. E a Procuradoria do Estado, a Secretaria da Segurança e o governo do Estado têm que resolver isso de forma imediata. Peço ao Líder do governo que conteste aqui, que traga a nomeação publicada no Diário Oficial da União da renovação e da regularização da situação dos delegados federais que estão à disposição da cúpula da Secretaria da Segurança.

A cada dia trarei um tema diferente, relacionado com a segurança pública. Mas um, até pela urgência, chama a minha atenção: teve o caso da Fonte Nova, quando morreu muita gente. Mas, vou relatar aqui a crônica de uma tragédia anunciada, que vai acontecer: o

complexo dos Barris tem capacidade para abrigar 56 presos, hoje tem mais de 350, deputado Roberto Muniz. Aquilo é um bairro populoso, numa rebelião poderá morrer muitos inocentes. Como a Polícia agirá no caso de uma rebelião no complexo dos Barris?

Estou dizendo aqui, hoje, deputado Yulo, sei que V.Ex^a se preocupa com a questão dos direitos humanos; estou trazendo esta denúncia porque na hora em que acontecer vou dizer: olha, no dia 11 de agosto subi à tribuna para anunciar uma tragédia da qual tenho informações, e já foi passado o relatório para a cúpula da Secretaria de Segurança do Estado. Daqui a pouco vai acontecer, como foi no caso da Fonte Nova – dizer que não tinha relatório e não tinham conhecimento.

É a crônica de uma tragédia anunciada. Aquilo é uma bomba-relógio: ou se atua para desfazer essa bomba-relógio que existe no complexo policial dos Barris ou daqui a pouco tempo nós vamos, infelizmente, assistir à morte de inocentes.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Paulo Azi pelo tempo de até 05 minutos.

O Sr. PAULO AZI:-Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, acompanhamos, nos últimos dias, as declarações de S. Ex^a o Governador Jaques Wagner que se colocou, no mínimo, bastante incomodado com o episódio da blindagem do seu carro, a ponto de tentar agredir os deputados, os parlamentares da Oposição.

Quero dizer a S.Ex^a que eu, como autor do requerimento que solicita informações ao governo, em especial à Casa Militar, sobre quem, efetivamente, utilizará esse veículo, não me senti, de maneira nenhuma, incomodado com o destempero verbal de S.Ex^a. Aliás, o governador, deputado Aderbal, deveria estar incomodado não com as denúncias da Oposição. O governador deveria estar incomodado, deputado João Carlos, com o estado de total insegurança em que vive a nossa população, em Salvador, na região metropolitana, em todo o Estado da Bahia.

Esse governo, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, que se diz tão transparente, aliás, essa palavra nunca foi tanto usada, deputado Heraldo Rocha, e por isso mesmo muitos já estão a dizer que antes de ser transparente esse governo é, na realidade, invisível, deputado Roberto Muniz, porque, efetivamente, ninguém vê as ações que esse governo deveria realizar em benefício da Bahia e dos baianos.

Mas, esse governo que se diz tão transparente, que se diz respeitador do Poder Legislativo, não sei por que, deputado Gildásio Penedo, até o presente momento não enviou a esta Casa resposta ao requerimento de minha autoria, aprovado na Comissão de Orçamento, que solicitava informações a respeito dos gastos com publicidade, do governo Jaques Wagner, publicidade, aliás, que coincidentemente, Sr. Presidente, vem novamente de maneira

avassaladora em um período eleitoral. Deve ser coincidência que o governo aguarde o início do período eleitoral para, mais uma vez, vir com uma avalanche de publicidade oficial, com números que não refletem a verdade e a realidade em que vivem os baianos, mas que nesse período eleitoral o governo tenta, com a sua publicidade, mostrar uma administração que verdadeiramente não existe.

O nosso requerimento que solicita informações dos gastos de publicidade com dispensa de licitação, o total de gastos com publicidade ou patrocínio realizado em rádios comunitárias e educativas, até agora não obteve resposta.

Quero dizer, Sr. Presidente, que o que nos fez realizar esse requerimento, primeiro foi a total impossibilidade de se buscar essas informações no tal do *Transparência Bahia*. Aliás, quero desafiar as Lideranças do Governo para que entrem no tal site do *Transparência* e me informem as solicitações que fiz, nesse particular, referentes aos dados relacionados à publicidade estatal.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado Paulo Azi.

O Sr. PAULO AZI:- Foi essa a razão da total, completa e absoluta falta de informações do *Transparência Bahia* que nos fez fazer esse requerimento. E quero dizer, Sr. Presidente, que o governo ao não nos responder está desrespeitando não apenas esse parlamentar, mas esse Poder Legislativo e a Constituição desse Estado.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Grande Expediente. Com a palavra o deputado Yulo Oiticica pelo tempo de até 25 minutos.

O Sr. YULO OITICICA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, senhores e senhoras presentes nas Galerias Paulo Jackson, mais uma vez o governador Jaques Wagner dá uma demonstração de clara opção pela gigantesca população baiana que sofre pela ausência de políticas públicas de direitos sociais, e direitos mínimos, tendo em vista que quando o governador Jaques Wagner assumiu o governo desse Estado só 30% da população baiana tinha acesso à água potável, como se não bastasse ser o 26º estado em analfabetismo, o maior número de analfabetos, números absolutos desse país, 26º lugar.

E é verdade que já com o TOPA e a formatura, um ano e meio depois de governo, de 171 mil baianos e baianas, que já iniciaram, já concluíram esse primeiro momento de educação formal, portanto possibilitando o mínimo, que é sair desse número gigantesco de analfabetos que sustenta a Bahia e a coloca em 26º lugar em nosso País. E agora já pulamos para o 22º.

E como disse muito bem o governador Jaques Wagner no dia de hoje, é muito pouco, e que bom que o governador não está satisfeito com esse número e vai continuar intensificando esse processo para que nós não sejamos, ainda, ao final dos seus primeiros quatro anos, como um Estado que nos envergonha pela quantidade de analfabetos.

Mas, voltando, Sr. Presidente, existem 30% de baianos que eram privilegiados, infelizmente, com o acesso a água potável, e tive a oportunidade de, nesse final de semana, viajar com o governador e inaugurar em 3 cidades, exatamente Canápolis, Santana e Serra Dourada, com a presença da Embasa, de três deputados desta Casa - além de mim, portanto, os deputados João Bonfim e Arthur Maia - sistemas de água, garantindo o acesso à água potável a, aproximadamente, 30 mil baianos e baianas. Portanto, é meta do governador Jaques Wagner, findar os 4 anos de governo saindo de 30% para, no mínimo, 51% da população baiana com acesso à água potável.

Logo, o Projeto Água para todos, do governador Jaques Wagner, inspirado no Programa Luz para Todos do presidente Lula, já começa a dar bons frutos, bons resultados, resultados esses que fizeram a alegria de tantos baianos e baianas, nesse final de semana, nessas 3 cidades. Mas, sem dúvida nenhuma, ao findar este primeiro mandato, o governador Jaques Wagner irá pagar essa dívida social aos baianos e às baianas.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as}. Deputadas, quero dizer que não param por aí as ações do governo. O governador, numa qualificada ação à frente do nosso governo, já faz com que a Bahia comece a se tornar uma referência no nosso País no que diz respeito ao crescimento industrial. Em nosso Estado, cresceu, neste ano, a indústria cresceu 4,6,% já no primeiro semestre. A Bahia bate recorde histórico, neste ano, também nas exportações, que atingiram, em julho, o volume de US\$ 1,02 bilhão, o que representa um crescimento de 76% em relação a julho de 2007 e de 46,6% até junho.

Portanto, a Bahia, que agora tem agora do grande empresariado brasileiro, do grande capital nacional e internacional a confiança, não precisa pedir a bênção a nenhum dono, a nenhum imperador da Bahia, muito menos a nenhuma família de poder econômico e político extraordinário que determinava o norte que ela deveria tomar. Agora, a democracia, o estado republicano que impera na Bahia possibilitam o olhar atencioso, preferencial de um grande capital não só no desejo de importar o produto baiano, mas também de ampliar os seus negócios no nosso Estado.

Srs. Deputados e Sr^{as}. Deputadas, gostaria de falar também sobre um tema que sempre abordei nesta Casa, e faço questão de continuar falando, porque é um dos maiores problemas por que passa, hoje, o mundo, o Brasil, e a Bahia não é diferente, que a Segurança Pública. Digo o mundo, porque sabemos que o tráfico de drogas, de armas é, depois do petróleo, o que mais mexe com o dinheiro no mundo.

Portanto, o avanço do crime organizado, patrocinado pelas drogas, é, infelizmente, um fenômeno que assusta o Planeta e tem que ser combatido em todos os cantos. Não é diferente no Brasil. Sabemos que nas décadas de 80 e 90 houve um crescimento gigantesco

das milícias armadas numa perspectiva de combate ao crime organizado, à bandidagem, são as conhecidas milícias privadas, a guarda privada. Os exércitos gigantescos foram criados, volto a dizer isso, sobretudo a partir das décadas de 80 e 90. É importante dizer, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, que os chamados vigilantes de empresas privadas em atividade em todo País superam em cerca de 5% o total de policiais militares em nosso País.

Portanto, esses são os dados da Polícia Federal, e sabemos que cabe à Polícia Federal a regulamentação da guarda privada. Mais ainda, segundo dados da Coordenação de Controle de Segurança Pública da Polícia Federal existem cerca de 431 mil e 600 vigilantes em nosso País, ou seja, 19 mil e 700 a mais que os 411 mil e 900 policiais militares. E adentra em nosso Plenário o deputado Tadeu Fernandes que é um estudioso, conhecedor profundo da segurança pública da nossa Bahia, mas não é somente da Bahia.

Hoje tivemos a oportunidade, inclusive juntamente com o deputado Capitão Tadeu e o presidente Marcelo Nilo, de receber a visita do novo comandante geral da Polícia Militar e vários oficiais que o acompanhavam numa atitude de cordialidade e de respeito a este Poder. O novo comandante geral visitou o presidente desta Casa que, naturalmente, representa este Poder, representa todos nós, deputados.

Mas, deputado Tadeu, V.Ex^a que sempre tem feito estudos detalhados, inclusive falando da questão da presença dos policiais militares e civis nos bairros populares da cidade do Salvador e do Estado, conhece esta questão que eu coloco aqui. Se somarmos a quantidade de agentes da segurança privada em nosso País com os da segurança pública, os privados superam em 19 mil e 700 os da segurança pública dos estados brasileiros, e são números nacionais. É importante dizer também que esse exército da segurança privada supera em 35.5 o efetivo total das forças armadas em nosso País, que é de 320 mil e 400 homens.

Portanto, senhores, isso significa dizer que nas últimas três décadas em nosso País há uma crise do Estado brasileiro quanto à garantia da integridade física e moral de todos nós cidadãos e cidadãs deste País. E, infelizmente, o aumento do crime organizado e a incapacidade do Estado brasileiro de combatê-lo levou a um crescimento assustador, como já disse das milícias armadas e privadas do nosso País.

Na Bahia, existem 123 empresas de segurança autorizada pela Polícia Federal, mas somente 90 dessas empresas estão efetivamente em atividade. Isso no total de pessoal significa um efetivo de 96 mil homens no Estado da Bahia. Inegavelmente, Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas, isso nos coloca diante de um importante debate, que é o papel do Poder Legislativo não só no combate ao crime organizado, no combate à insegurança, porque aí seria uma discussão que entraria numa contradição com o papel do Legislativo. Mas não tenho dúvida de há um *link* direto do Poder Legislativo no seu papel quando trata da violência, porque a ausência de políticas públicas, a impossibilidade de o Estado oferecer aos nossos jovens políticas de educação, lazer, cultura e moradia digna, infelizmente, tem levado a que o crime organizado seja, muitas vezes, uma alternativa de emprego nas comunidades mais carentes do Estado da Bahia.

Portanto, o que nós chamamos de “aviõezinhos”, aqueles jovens, adolescentes, garotos, que são usados pelo tráfico para transportar a droga não são esses criminosos como alguns, muitas vezes, defendem, com uma argumentação inconseqüente, irresponsável e que é fruto da ignorância de muitos parlamentares.

Estou falando de deputados estaduais, federais e senadores da República que, com esse argumento, defendem a redução da maioria penal, absolvendo o Estado que prevalece quando não garante a política pública. Então absolve-se o Estado, que é o culpado, para condenar, mais uma vez, a vítima, que é o jovem. E se pensa em prisão mais cedo em vez de escola mais cedo, de esporte mais cedo e de direito e políticas públicas mais cedo.

Portanto, volto a dizer, é irresponsável, inconseqüente e, até diria, criminosa, essa discussão feita por deputados federais e senadores, sobretudo, que fazem o debate numa perspectiva de mudança da legislação brasileira. Isso é lamentável, porque o que nós precisamos, verdadeiramente, é pensar que a violência não é causa, é conseqüência. E conseqüência da falta de política pública do Estado, que não cumpre o seu papel de garanti-la, e do Parlamento brasileiro, que deveria ter uma ação responsável diante da delinqüência juvenil, garantindo essas políticas, e não o faz.

Nesse sentido, quero, mais uma vez, parabenizar o governador Jaques Wagner e o secretário de Relações Institucionais, Rui Costa, porque foi a Serin a responsável, que teve o papel articulador das 21 conferências territoriais de juventude que a Bahia realizou.

Quero, aqui, em alto e bom som, fazer esse registro e parabenizar o governador e o secretário, porque a Bahia foi o único estado brasileiro que, ante o desafio de se construir as conferências estaduais e eleger suas delegações para a conferência nacional, realizou as 21 conferências territoriais, por determinação do governador Jaques Wagner, possibilitando o respeito à identidade de território, o respeito à cultura de cada uma das tribos de juventude espalhadas pelo Estado da Bahia e o grande e amplo debate em todo o Estado.

Após a primeira conferência estadual, foi convocada, pelo presidente Lula, a primeira conferência nacional. A Bahia esteve presente nessa conferência com a segunda maior delegação de um estado, e a juventude baiana deu mais uma demonstração de sua capacidade crítica e também de sua capacidade de formulação e de implementação de políticas, sobretudo de políticas juvenis.

E o governador, como já esperado por todos nós, via decreto, constituiu o Grupo de Trabalho de Juventude, no qual esta Casa se faz presente como frente parlamentar de políticas públicas para a juventude. E esse GT acaba de concluir o Plano Estadual de Juventude. Plano este que o governo trará a esta Casa, e não tenho dúvida que o deputado Gildásio Penedo, como Líder da Oposição responsável e conseqüente, fará esse debate e irá, claro, oferecer, se for o caso, qualquer tipo de proposição, via emenda.

Não tenho dúvida, deputado Gildásio Penedo, que V.Ex^a mais uma vez irá atuar no sentido de ter uma participação responsável como Oposição nesta Casa, debatendo e aprovando esse plano estadual, e não serão diferentes a posição e a ação do deputado Waldenor

Pereira que, como Líder da Oposição nesta Casa, irá sobretudo advogar o bom debate, a aprovação desse projeto que virá no sentido de construir políticas públicas e trazer a juventude para o debate e de criar pela primeira vez aqui na Bahia o Conselho Estadual de Política Pública de Juventude e uma superintendência ou coordenação de política pública para a juventude.

Quero, também, Sr. Presidente, parabenizar o companheiro Édem da Cerim que fez um trabalho fantástico nas Conferências Territoriais, na estadual, na nacional, e que é sem dúvida o nosso grande Líder no GT nessa perspectiva de formular tão importante plano estadual de política pública para a juventude.

Srs. Deputados, Sr^{as}. Deputadas, voltando à discussão sobre segurança pública no Estado da Bahia, fico muito feliz porque vários deputados agora começam a perceber a importância desse debate. Estou no meu terceiro mandato, e ontem tive – estou falando no sentido figurativo – a necessidade de viagens, até internacionais, para denunciar o genocídio que acontecia com a juventude negra da Bahia, de modo especial em Salvador na região metropolitana; à época fui à Corte Interamericana de Direitos Humanos, fazendo debate, denúncia, e também estive em audiência com o Papa João Paulo II, em Roma, para fazer essa denúncia.

Portanto, no passado que não era discutido nesta Casa por parte de alguns deputados e não poucos, porque era a Bancada de Governo, agora começa a tomar conta esse bom e importante debate sobre a segurança pública em nosso Estado.

É verdade que a quantidade de homicídios aumentou, mas também é verdade que o governo de Jaques Wagner não faz a política da malhagem ou da omissão dos dados; no passado eu tive que ir até para as pesquisas feita pela Unicamp, portanto, pela Universidade de Campinas de São Paulo, para pegar dados dos institutos médicos legais, incluindo o da Bahia, para descobrir os homicídios vítimas por armas de fogo.

Imaginem, Srs. Deputados, Sr^{as}. Deputadas, que vergonha era o Estado da Bahia com uma secretária de segurança que sabia grampear muito bem, isso é verdade, era expert nisso. Sabia grampear os desafetos políticos, os desafetos pessoais do seu chefe; Isso ela sabia, mas não tinha coragem de fazer esse debate, tanto é que nunca veio a esta Casa, nunca veio nem um pouco a saudosa secretária de segurança pública do Estado da Bahia, porque não respondia ofício da Comissão de Direitos Humanos desta Casa, não atendia deputados de comissão e não vinha a este Poder, porque não respeitava, havia o absolutismo na Bahia, o totalitarismo, o fascismo, essa forma de conceber o Estado com mão de ferro, como dizia alguém: a Bahia era comandada com dinheiro numa mão e chicote na outra.

De não saudosa memória, essa máxima não se usa mais na Bahia, e o debate democrático se instala em todo o canto, sobretudo neste momento da festa da democracia, como diz o governador Jaques Wagner, que é o momento eleitoral, Srs. Deputados, Sr^{as}. Deputadas, e a vinda de secretários e secretárias a esta Casa é constante, faz parte do cotidiano, do exercício legislativo dos deputados e deputadas. Todos os secretários já estiveram nesta

Casa por várias vezes. O secretário de segurança pública já esteve quatro vezes nesse período de um ano e meio.

A Comissão de Direitos Humanos já aprovou, na quarta-feira passada, o convite ao novo comandante geral da Polícia Militar. E ele, numa demonstração de respeito a este Legislativo, veio aqui já hoje visitar o nosso presidente, Marcelo Nilo. Visitar-nos, portanto, enquanto Poder. Este é o novo momento que reina na Bahia, Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas. Este é o momento em que esta Casa pode deixar de ser mero penduricalho, mera secretaria do Executivo, como era no passado. Agora ela está de pé, faz o debate com o governador, os secretários de Estado e convoca-os, não para fazer a crítica fácil.

E aí nesse sentido quero, deputado Heraldo Rocha, na sua presença como deputado da Oposição, dizer que os deputados opositoristas têm feito um bom debate nas Comissões com a vinda dos secretários, como tem de ser. A ação nossa tem que ser propositiva, sim.

Já dizia o velho barbudo, o velho Marx, que a crítica tem de ser radical, aquela que não se satisfaz nem com seus resultados positivos. Portanto, nem os resultados positivos da nossa crítica devem nos satisfazer, porque somos nós eleitos pelo povo exatamente para radicalizar na democracia representativa. Estamos aqui para cumprir o nosso papel, mesmo num momento como este, que antecede à eleição. Estamos a dois meses das eleições municipais, nas quais todos nós deputados temos compromisso. Temos candidatos a vereador e futuramente a deputado, mas estamos no Plenário fazendo este bom debate com as nossas ricas divergências porque não há pobreza nenhuma na divergência nem nos debates. Pelo contrário. Eles enobrecem a democracia, qualificam a ação do governo.

Este é o papel inclusive da Oposição na crítica: qualificar a ação de quem está no poder. Não tenho dúvida de que o governador Jaques Wagner está atento também à crítica, pois sabe ele que não é o dono absoluto da verdade e também que foi delegado pelo povo da Bahia a comandar este Estado numa perspectiva de implantar a república baiana e uma nova relação, além de construir uma nova cultura entre os Poderes.

E aí não tenho nenhuma dúvida de que os nossos secretários de Estado, quando aceitaram o convite do governador Jaques Wagner para assumirem Pastas - portanto, no primeiro escalão -, o fizeram sabendo que seria implementada uma nova forma de fazer política no Estado da Bahia e que S.Ex^a não abre mão do bom debate, do debate democrático e da presença dos secretários dele aqui nesta Casa. Não só para dizer do respeito que tem por este Poder, mas também para que a Assembléia possa interferir diretamente numa perspectiva de formulação de políticas públicas e de um Legislativo muito mais capaz e conseqüente na concepção, na discussão e na aprovação delas.

Muito obrigado, presidente. Quero agradecer também à deputada Virgínia Hagge, que com essa elegância sempre presente me cedeu o Grande Expediente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Horário das Representações Partidárias.

Concedo a palavra ao Líder do governo e da Maioria ou ao representante do PSC para falar ou indicar orador, pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Yulo Oiticica:- Sr. Presidente, falará por todo o tempo o deputado Adolfo.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra, por 10 minutos, o nobre deputado Adolfo Menezes.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^a Deputada Virgínia, deputado Heraldo, V.Ex^a que sempre tem contribuído, juntamente com outros colegas, para tratar de um tema tão importante, a saúde pública, em matéria da *Tribuna* hoje, manchete de meia página: “*Crise pode paralisar a OSID*”, Hospital Santo Antônio das Obras Sociais Irmã Dulce. Um hospital do qual todos têm conhecimento do serviço que presta, principalmente à população mais humilde e carente de todo o nosso Estado.

Eu me surpreendi, caros colegas, com o número de atendimentos. Já sabia que era uma coisa grandiosa, hospital que funciona com recursos do SUS, com doações, mas pelo número e pela qualidade de atendimento, gostaria de frisar, como todos sabem, principalmente a população mais humilde, que lá encontra amparo, com o problema gravíssimo de poucos hospitais, que não acompanham o crescimento da nossa população na mesma proporção. Como temos visto, e até em outros estados, e por não dizer em nosso Estado mesmo, até quem pode pagar um atendimento médico particular, até quem tem plano de saúde está tendo dificuldade quando precisa.

Esse hospital, caro presidente, atendeu em um ano a 4 milhões de pessoas. É um número que pensamos que está errado, é mais do que a população da nossa capital. Onze mil internações, nove mil cirurgias, segundo dados na matéria hoje da *Tribuna da Bahia*. Os médicos hoje estão fazendo um alerta, caros deputados, deputado Heraldo Rocha, sobre o risco iminente de um colapso, porque há mais de dois anos, segundo eles, não é feita a correção dos procedimentos do dinheiro que recebe, tanto do governo federal como de outros repasses. Acredito que esta Casa, como fez no ano passado um movimento para ajudar o Hospital Aristides Maltez, que também é o maior centro de referência em tratamento de câncer aqui no Norte/Nordeste, um dos mais importantes do Brasil, e a população, principalmente a maior parte, que não tem plano de saúde e condições financeiras particulares, pois pouquíssimas pessoas hoje têm condições de arcar com um tratamento médico particular, quando precisam têm que se socorrer com o Hospital Aristides Maltez.

Então, fizemos um movimento, não havia problema, naquela época, com o governo, com a prefeitura e, graças a Deus, foi solucionado. Não podemos deixar que isso ocorra também com o Hospital Irmã Dulce, porque quem será mais penalizada é a população que não tem a mínima condição de atendimento, com esse problema tão grave de saúde pública a que temos assistido diariamente, não só aqui na Bahia como em todo o Brasil.

A população cresce em progressão geométrica; e os hospitais, em progressão aritmética. Quer dizer, não crescem no mesmo ritmo. Temos aqui em nossa capital um hospital sendo construído de década em década. Claro que não acompanha o crescimento da população, causando vários transtornos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria, não tive a oportunidade na semana anterior, de me pronunciar, até porque gosto sempre de usar a palavra quando esta Casa está mais cheia, ficamos mais animados para falar. Se eu for esperar por isso, acredito que vou deixar para falar depois das eleições, depois de outubro, porque, pelo que estou vendo, até as eleições, esta Casa vai funcionar desta forma morna, fria, com poucos colegas na Casa. Claro que não me cabe aqui discutir se estão na campanha durante a semana inteira ou só no final de semana. Acredito que, pelo menos, na terça-feira e na quinta-feira tenhamos a sessão completa, com esta Casa cheia. Infelizmente, parece que vai depender só da minha vontade e de alguns deputados.

Então, para elogiar um assunto, deputado Heraldo Rocha, deputado João Carlos, eu sempre, desde os meus primeiros pronunciamentos usei desta tribuna para falar da necessidade de fazermos cumprir as leis. Digo isso porque já fiz vários pronunciamentos sobre o trânsito de Salvador. Há pouco tempo, acredito, há um mês, ou há dois meses, começaram a implantar a lei seca. Lei que já existia, mas só que não tinham colocado em prática. O que temos assistido, pelo menos na imprensa toda, falada e escrita, é a queda dos índices de acidente, de mortes, trazendo, em conseqüência disso, mais recursos para ser aplicado na construção de hospitais, na compra de equipamento, quer dizer, no melhor atendimento à população numa área tão carente como a que acabei de me pronunciar. Então acredito que, no Brasil, acredito, não, tenho certeza, porque já deu certo em outros países, por que não daria certo? Adaptando às características de cada um, tenho certeza que o que falta é coragem para pôr em prática as leis que existem. Tenho certeza de que muitas coisas melhorariam.

Muitas vezes usei a palavra para falar desse trânsito maluco dizendo que não precisa ser especialista para saber que, dentro de pouco tempo, Salvador não vai para lugar nenhum, porque não existe hora para ela estar intransitável.

No último debate dos prefeituráveis, que achei um pouco morno e até me deu sono, não ouvi nenhum dos candidatos a prefeito dizer o que vai fazer a partir de janeiro, não sei se por medo de perder voto, porque ninguém gosta de perder voto, ou por falta de coragem de assumir. Acredito, sem ser especialista em trânsito, que a primeira medida a ser tomada pelo próximo prefeito, se ele tiver coragem e responsabilidade também, será o rodízio de placas, para começar, porque não temos condições de ir mais a lugar nenhum nesta terra.

Agora estou preferindo viajar às 4h para não pegar engarrafamento e voltar para casa às 21 ou 22h. Moro no Cidade Jardim, depois do Iguatemi, e passo 1 hora me irritando, pois não sou muito calmo e não tenho ainda a capacidade de ficar ouvindo som. Fico mais nervoso ainda com os problemas políticos, deputado João Carlos, com um estresse terrível.

Claro que esse não é um problema somente da nossa cidade, mas a coisa aqui está pior, até porque não se respeita nada. E falo sobre um ponto para não falar de vários: o problema dos ônibus. Até parece que sou contra as empresas de ônibus. Os trabalhadores delas são trabalhadores como nós, sofredores, ganham pouco, mas não é possível que a prefeitura não veja o que todos nós vemos: os ônibus cortando em fila dupla, tripla, de qualquer maneira, fechando o trânsito completamente na porta do Iguatemi. E ninguém faz absolutamente nada! Será que é por medo das empresas de ônibus? Será que é porque elas são doadoras de verbas para as campanhas, e, a dois meses das eleições, são tão necessários esses financiamentos públicos ou secretos? Não é possível isso, bastaria que se cumprisse a lei, que diz que não se pode parar fora do ponto, abrir a porta antes do ponto, cortar em fila dupla. Mas os motoristas fazem isso diariamente, continuam fazendo, e entra prefeito, sai prefeito, e a coisa continua da mesma forma. Estou falando somente de um item, mas existem vários outros, como o uso do telefone celular, que é proibido quando se está dirigindo, mas todo mundo usa; como estacionar em cima de calçada, mas todos param.

Tenho certeza absoluta, Sr. Presidente, Srs. Deputados, deputado João Carlos, que bastava multar, não para fazer da multa o financiamento para a prefeitura, mas aplicar a lei, como se está fazendo agora, porque todo mundo teme quando bole no bolso, que é onde dói mais.

Vejam como diminuiu a quantidade de acidentes, porque todo mundo sabe que pode ser parado em uma *blitz* a qualquer hora, nesta cidade. Então, muita coisa neste País poderia ser melhorada, e, quando se quer melhorar, basta que as autoridades tenham coragem, coisa que não está ocorrendo aqui - não sei por quê! - ou até sei, mas não posso dizer, porque não dá para provar. Literalmente, nesta cidade não se vai para lugar nenhum em termos de trânsito.

Temos o metrô, que não sei o que é que vai ligar. Parece que vai ligar nada a lugar nenhum do Campo da Pólvora ao final do Bonocô. Dizem que agora a prefeitura já esta com recursos para fazer até a Estação Pirajá. Se esse metrô demorou 10 anos, talvez daqui a umas duas décadas a gente tenha uma estação de metrô concluída, o que não é culpa do prefeito, porque a prefeitura não tem recursos suficientes para bancar uma obra dessa magnitude. É claro que a culpa é do governo federal, de todos juntos, ou seja, não só deste governo mas também como de outros, que nunca olharam para uma das capitais mais importantes do Brasil com o devido respeito e carinho, porque, se tivessem olhado, esta cidade não estaria sem transporte alternativo nenhum. Eu me pergunto, e pergunto a V.Ex^{as}, daqui a quantos anos nós vamos ter vias alternativas, deputada Virgínia, deputado João Carlos Bacelar? Quando serão construídas mais linhas do metrô?

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Para concluir, deputado.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Vou concluir, Sr. Presidente. Hoje há poucos oradores, por isso estou me alongando um pouco mais, com a sua permissão.

Quando vamos ter o metrô nesta cidade? Esse metrô de superfície leva esses anos todos, uma década, para ser feito, apenas um pedacinho, um ferrorama, como diz o deputado Heraldo Rocha. É uma situação crítica que não cabe diretamente a esta Casa, mas que podemos contribuir para tentar melhorar.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Bira Coroa:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Pela ordem o deputado Bira Coroa.

O Sr. Bira Coroa:- Sr. Presidente, solicito uma verificação de quorum para a continuidade da presente sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- V.Ex^a será atendido.

O Sr. Heraldo Rocha:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Pela ordem o deputado Heraldo Rocha.

O Sr. Heraldo Rocha:- Sr. Presidente, veja que o deputado Gildásio Penedo foi o primeiro orador do Pequeno Expediente desta sessão. Naquela oportunidade ele falava a respeito da ausência da Bancada do Governo nesta sessão. Posteriormente, chegaram os deputados Yulo Oiticica, Bira Coroa, Euclides Fernandes, Carlos Ubaldino e Tadeu Fernandes. O deputado Yulo fez a sua pregação defendendo o governo. É um herói, um grande herói. Hoje, estamos sem o deputado Álvaro Gomes, estamos sentindo a sua ausência, que é também um herói, porque ele segura a sessão.

Conversava a pouco com alguns colegas parlamentares, inclusive da base aliada, que eu não entendo como é que os Srs. Deputados se ausentam da sessão plenária. Amanhã, nós temos comissões temáticas, da mesma maneira eles não virão, como fizeram semana passada. Quero fazer um apelo, Sr. Presidente, ao deputado Bira Coroa, que mesmo com pouquíssimos parlamentares presentes nesta sessão, ele retire essa verificação de quorum.

O Sr. Presidente que é um deputado de mais tempo nesta Casa sabe que quando sai a notícia da apatia da Assembléia Legislativa, particularmente da ausência dos Srs. Deputados às sessões, não sabem os nomes dos que freqüentam. Depois de 17 anos nesta Casa, sou um dos deputados que freqüenta assiduamente as sessões, e nem por isso deixei de me reeleger.

Primeiro, estamos agora em campanha e convênios não podem mais ser assinados, estamos no período eleitoral. Analisamos o Diário Oficial todos os dias, este governo está parado, totalmente parado. Terceiro, deputado que tem base em quase todo Estado, para não dizer no Estado todo, não pode na segunda, na terça, quarta, quinta, sexta, sábado e domingo exercer a sua atividade no interior. V.Ex^a não tem condição, eu também não tenho,

nenhum deputado aqui tem. É humanamente impossível e financeiramente impraticável. Quando chegamos no interior todo mundo está cobrando coisas que não podemos fazer, porque pela legislação eleitoral estão proibidos brindes, camisas, cestas básicas e uma série de coisas, mas as pessoas estão cobrando da gente.

Agora passaram a cobrar carro de som. Quando chegamos ao interior, o vereador quer *jingle*. Pergunto a meus vereadores: “Você é candidato a prefeito? Você é candidato a deputado? As planilhas que têm vindo para o gabinete são de candidatos a governador, não de candidatos a vereador, não! Então, precisamos ter cuidado.

Vamos continuar nossa sessão, vamos discutir os temas nesta Assembléia Legislativa.

Peço a V.Ex^a que acione as campanhas, e que convoque os Srs. Deputados que estão em seus gabinetes, porque é impossível que os deputados da Base do governo estejam nas secretarias.

É um apelo que faço: vamos continuar a sessão. Tenho temas para serem discutidos. É o apelo que faço.

O Sr. Clóvis Ferraz:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Pela ordem o deputado Clóvis Ferraz. Antes, solicito que o tempo de 15 minutos seja marcado no painel.

O Sr. Clóvis Ferraz:- Sr. Presidente, estranhamente, desde que reiniciaram os trabalhos aqui, nesta Assembléia, no 2º semestre do 2º ano desta 16ª legislatura que os deputados do PT e da base do governo têm insistido em derrubar as sessões, para que as mesmas não tenham continuidade e não haja discussão nesta Casa.

Sabemos que há matérias importantes a serem discutidas e votadas, como é o caso do Plano de Cargos e Salários dos Servidores do Judiciário. Nós, da Bancada da Oposição, não o votamos no 1º semestre porque os deputados do governo não quiseram, não deixaram, mas foi acordado que ele seria votado neste 2º semestre. Mas, simplesmente, o Líder do governo, deputado Waldenor Pereira, tem orientado sua Bancada a derrubar as sessões. Fica parecendo, como disse o deputado Heraldo Rocha, que os deputados não querem trabalhar.

Fomos eleitos para trabalhar nesta Casa, para aqui discutir, emendar e votar os projetos - contra ou a favor, mas votá-los. E estamos diante dessa situação: como o governo perdeu a maioria nas comissões da Casa está adotando a tática de derrubar as sessões. Isso não pode continuar. Vão ter que enfrentar o problema.

Problemas graves, como a questão da segurança, continuam os mesmos e nada foi resolvido até o momento, porém se cria situações polêmicas, como o governador Jaques Wagner mandar blindar um carro para ser utilizado por ele. Não que eu ache isso anormal. Considero perfeitamente normal, mas o momento é que é inoportuno. Foi essa a crítica que os deputados da Oposição fizeram nesta Assembléia Legislativa, a inoportunidade do momento.

Quando toda população baiana está exposta à sanha dos marginais em diversas situações, aos diversos tipos de crimes cometidos, vem o governador e manda blindar o carro. É claro que a crítica foi feita. Penso que é normal o governador, ou qualquer outra autoridade que esteja exposta a qualquer tipo de problema, ter um carro blindado, mas o que criticamos foi o momento.

Mas parece que ele não gostou da crítica da Oposição e, de uma forma, eu diria, despropositada, no que acredito ter sido um momento infeliz do governador Jaques Wagner, disse que foi uma imbecilidade dos deputados fazerem esta crítica.

Ora, primeiro, deve-se respeitar os Poderes. Qualquer autoridade investida em qualquer cargo, que esteja exercendo qualquer cargo tem que se respeitar. Primeiro, os Poderes constituídos, e o Poder Legislativo é um Poder constituído e que deve ser respeitado. E para respeitá-lo, é preciso que primeiro respeite os seus membros. E o governador, em um momento infeliz, teceu esse comentário de que foi uma crítica imbecil dos parlamentares.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, nobre deputado.

O Sr. Clóvis Ferraz:- Eu não me considero, nós deputados de Oposição não nos consideramos deputados imbecis. Acho que o governador deve refazer a crítica dele que considero que foi uma infelicidade e respeitar os Poderes constituídos. Isso é o mínimo que qualquer autoridade investida em um Poder deva fazer.

Portanto, Sr. Presidente, pediria ao nobre deputado que solicitou a derrubada da sessão que retirasse o seu pedido de verificação de quórum para que possamos continuar discutindo os diversos problemas do Estado da Bahia aqui nesta Casa. É esse o nosso apelo, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Sr^{as} e Srs Deputados, há um pedido de verificação de quórum formulado pelo deputado Bira Coroa e corroborado pelo deputado Heraldo Rocha. Solicitamos às Sr^{as} e aos Srs. Deputados as presenças em plenário pois há um pedido de verificação de quórum de continuidade da sessão.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Questão de ordem do deputado João Carlos Bacelar.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Sr. Presidente, mais uma vez assistimos à Bancada de Governo tentar impedir o funcionamento desta Casa. Faço um apelo à Bancada do Governo que não traga para esta Casa as práticas do Executivo, de um governador ineficiente, de um governador que não tem aptidão para administrar, de um governador que não cuida das coisas importantes do Estado. Haja vista, como citei hoje aqui, a ausência do governador na abertura da mais importante exposição agropecuária do Norte e Nordeste do país. O Sr. Governador não esteve presente, não mandou representantes para um setor que é o terceiro mais importante da economia baiana e que emprega mais de um milhão e trezentas mil pessoas.

Ontem foi o Dia dos Pais, era natural que o Sr. Governador celebrasse o dia com os seus familiares. Mas no final da tarde, no horário de abertura da exposição, o governador deveria estar no Parque, inclusive porque o governador não passa pela *blitz* da SET; então nada impedia de o governador estar no Parque de Exposições. Celebrou com a sua família o Dia dos Pais, mas ele tem motorista, tem a imunidade, ele não ia passar pela *blitz* da SET. Agora, o governador não ir para a abertura da exposição mais importante do Norte e Nordeste do País; o secretário da Agricultura está mais preocupado com as brigas políticas de Itabuna do que com a situação da agropecuária baiana.

O PAC do Cacau um verdadeiro engodo, um verdadeiro conto do vigário aplicado pelo governo federal nos produtores rurais, está aí e nem o Sr. Governador se pronuncia nem o Secretário da Agricultura. Esse é o tratamento que o governador dá às atividades produtivas do Estado.

Há pouco tempo houve a abertura da Feira de Supermercados, todos os governadores estavam presentes, o governador Wagner não foi e mandou como representante o presidente da Ebal, a maior concorrente dos “supermercadistas” baianos. Este é o governo, é um governador totalmente descolado da realidade. Um governador que não acompanha os problemas do Estado, um governador que brinca de administrar o Estado e está mais preocupado com a liturgia e as mordomias do cargo do que com os reais problemas da Bahia, haja vista essa questão do carro blindado.

E o que a Bancada do governo faz nesta Casa? Tenta trazer para aqui essas práticas, deputado Heraldo Rocha! Não vem para as sessões, não participa dos debates, nada interessa à Bancada do governo senão o apetite fisiológico por cargos e pelas disputas que, anteriormente, ela chamava os grotões do atraso e do coronelismo.

As tentativas de cooptação foram bem-sucedidas, tanto que nós da Oposição em determinado momento aqui vimos apenas treze deputados na Bancada. E o aprendiz, péssimo aprendiz, o que é que faz quando essa situação muda? Demite as pessoas indicadas pelos deputados que eles cooptaram. Mas que não aceitaram a inércia e a ineficiência do governo. Está aqui a prova, Sr. Presidente, de que os cargos do governo da Bahia são negociados na Bacia das Almas! Está aqui a prova. Não é nada de incompetência, inclusive com o secretariado incompetente eles não podem colocar ninguém competente lá, senão faria sombra aos secretários.

Infelizmente, esta Casa quer seguir os passos do governador Wagner na sua maneira de administrar o Estado da Bahia.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra, para uma questão de ordem, o nobre deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero lamentar que a sessão tenha sido derrubada hoje, mais uma vez, por falta de quórum. Tinha vários assuntos para falar, queria voltar ao assunto da orquestração que foi feita para assassinar um candidato a prefeito do

Município de Luís Eduardo. Mas, enfim, como derrubaram a sessão, vamos usar o tempo para tratar também de um outro assunto, que entendo ser de enorme importância.

Por várias vezes assumi a tribuna desta Casa para criticar o Ministério Público que tem extrapolado as suas funções. Em muitos municípios, tenho dito que tem feito um trabalho como se fosse de um vereador e até como se fosse o prefeito, determinando o que vai ser feito e também o que não vai ser feito, enfim, metendo-se em assuntos que não seriam pertinentes à ação de um Ministério Público.

Mas tenho que parabenizar, Sr. Presidente, a ação iniciada pelo Ministério Público e pelo COE, órgão vinculado à Secretaria da Segurança do Estado. Todos nós sabíamos que há algum tempo, digo até mais que um ano, a Polícia Federal estava fazendo estudos necessários para combater e prender juizes e possivelmente alguns desembargadores, como diziam, e a voz era corrente nesta Casa, bem como no Tribunal de Justiça. Essa operação, infelizmente, até o momento não ocorreu. Mas vimos, parabenizo o Ministério Público por isso, que no último fim de semana começou uma ação no que diz respeito à venda de sentenças do Judiciário baiano.

Então, já que antecipou, parabenizo o Ministério Público, mas espero que o Ministério Público não vá se acovardar já que chegou à frente da Polícia Federal, que investigue todo mundo. Se tinha escritório de advocacia, advogados que estavam intermediando negociação de sentenças, alguém mais acima estava recebendo, não existe influência, não existe propina, não existe compra de sentença se não tiver início, meio e fim. Pegaram o intermediário, ótimo, parabéns, Ministério Público! Mas não podem se acovardar, o Ministério Público e o COE têm que ir fundo, se anteciparam a essa medida, eu os aplaudo, prenderam alguns advogados, também estou aplaudindo, mas tem que ver aonde vai chegar, porque, se tinha intermediação, alguém estava recebendo, se são os juizes, se são os desembargadores, sai da nossa esfera, porque, se assim não for, esta Casa tem que convocar o Ministério Público, o secretário de segurança para explicar por que paralisou essa operação.

Ficarei atento e espero que os 63 parlamentares desta Casa fiquem atentos para o final desta operação que não pode acabar em pizza. Todos sabíamos no início da semana passada quando fiz um outro pronunciamento, dizendo que o Pleno do Tribunal de Justiça da Bahia queria passar por cima de um projeto de lei aprovado pela Assembléia, sancionado pelo Exm^o Sr. Governador, que tirava a incumbência de julgar os prefeitos jogando para o Pleno. Eles queriam voltar ao passado, voltando para as câmaras especializadas. Esta Casa, o Tribunal de Justiça, desafio que um entre os 63 parlamentares não saiba o que ocorria quando existia a câmara especializada.

É nesse sentido que a Casa tem que estar atenta. Estarei atento, vigilante e torcendo para que o ministério público, que iniciou a operação, não se acovarde, vá até o final porque senão vai ser desvalorizada mais uma categoria importante que é o ministério público que tem que resguardar as coisas do nosso Estado e não transformar em pizza um assunto de tamanha importância e que tanto incomodava a classe política que era a venda de sentenças.

O Sr. Elmar Nascimento:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Pela ordem, deputado Elmar Nascimento.

O Sr. Elmar Nascimento:- Sr. Presidente, como único membro da Mesa, que está aqui, quero dar uma sugestão a V.Ex^a. Sugira à mesa Diretora, que é a única que pode proceder a isso, sobre a nossa remuneração, que trate de um projeto de resolução para ser variável, em função da presença em Plenário.

É um absurdo em função do que recebemos. Inclusive, está aqui a imprensa toda a nos ver, o governo a orientar a sua Bancada e derrubar as sessões e não se trabalhar. Sr. Presidente, sugiro que leve à Mesa Diretora para que o deputado tenha a sua remuneração variável em função da presença em Plenário, porque é um absurdo ganhar sem trabalhar.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- V.Ex^a será atendido.

Há apenas 13 Srs. Deputados em plenário, não havendo número legal para continuidade da presente sessão. Declaro-a encerrada.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br>. Acesse ao caminho Atividades Parlamentares - Sessões Plenárias e leia-as na íntegra.